



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**
EDITAL N.º 21/2019 - UFRA, DE 29 DE MAIO DE 2019

**NÍVEL D
TÉCNICO EM CONTABILIDADE**

08 de setembro de 2019

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 45 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 25 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 08h e término às 12h**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 11 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 45.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 1 a 10.

Medidas do Ministério do Meio Ambiente geram críticas internacionais

Liberação de agrotóxicos e aumento do desmatamento provocaram repercussões negativas e boicote a produtos.

Laura Alegre

01 As decisões tomadas nos últimos meses pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo
02 Sales, tem sido criticadas tanto por outros países quanto por membros da gestão do próprio
03 governo. A preocupação com os impactos ambientais – resultantes da política de liberação
04 de mais tipos de agrotóxicos, por exemplo – é relacionada às exportações, que já sentem
05 as consequências. Recentemente, uma rede sueca de supermercados anunciou um boicote
06 a todos os produtos brasileiros, e o temor do agronegócio é que essa iniciativa se expanda
07 ainda mais.

08 O professor Pedro Luiz Côrtes, do programa de Pós-Graduação em Ciência
09 Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da USP, conversou com o *Jornal da USP no*
10 *Ar* sobre o assunto. Para fundamentar essas preocupações, ele traz dados de
11 um levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que
12 revela que o desmatamento da Amazônia atingiu número recorde, aumentando 34% em
13 relação ao ano passado. Isso equivale a dois campos de futebol por minuto. Além disso, o
14 número de autuações feitas pelo Ibama vem diminuindo cada vez mais: “Do início deste
15 ano até 15 de maio, o INPE enviou aos órgãos ambientais de fiscalização 3.860 alertas
16 sobre desmatamento, mas a fiscalização do IBAMA realizou apenas 850 autuações”, conta
17 o especialista.

18 Todos esses fatores geraram várias repercussões negativas. Em um
19 evento organizado pelo Instituto de Estudos Avançados da USP, sete ex-ministros do Meio
20 Ambiente criticaram as ações de Ricardo Sales. Para Côrtes, “essa foi uma reunião
21 inusitada, porque até então um grupo tão grande de ex-ministros nunca havia criticado tão
22 fortemente a atual gestão de uma pasta”.

23 Os alertas em relação a possíveis prejuízos surgiram desde que houve a proposta
24 de extinguir o Ministério do Meio Ambiente, visando a transformá-lo em uma secretaria do
25 Ministério da Agricultura. O próprio agronegócio se manifestou contra, fazendo pressão
26 contra medidas que pudessem prejudicar à reputação brasileira. O principal motivo disso
27 são as exportações: o boicote da rede sueca pode até ter sido uma iniciativa isolada, porém
28 o temor é que esse tipo de movimento ganhe força na Europa e resulte em novas barreiras
29 econômicas.

30 No entanto, segundo o professor, mesmo gerando tantos receios e discordâncias,
31 o governo continua negligenciando a importância do Ministério do Meio Ambiente. “Os
32 protestos têm se amplificado, seja por políticos, ex-ministros, ONGs ou organizações
33 estrangeiras. Há vários setores da sociedade que vêm se mobilizando contra isso. Parece
34 que o governo não dará a devida importância à pasta até o momento em que tenha um
35 prejuízo real a nossas exportações. Se isso acontecer, não é algo que se possa reverter de
36 imediato. Isso pode demorar, no mínimo, alguns meses”, explica Côrtes.

Disponível em <https://jornal.usp.br/atualidades/medidas-do-ministerio-do-meio-ambiente-geram-criticas-internacionais/>

Acessado em 12/06/2019

Texto adaptado

1 De acordo com o texto **Medidas do Ministério do Meio Ambiente geram críticas internacionais**, o boicote aos produtos brasileiros por parte de uma rede sueca de supermercados foi motivado por

- (A) decisões do titular do Ministério do Meio Ambiente.
- (B) críticas de outros países à gestão de Ricardo Sales.
- (C) consequências da exportação de agrotóxicos.
- (D) resultados da política de liberação de agrotóxicos.
- (E) temor de que o agronegócio se expanda.

- 2 Para Pedro Luiz Côrtes, o atual governo brasileiro
- (A) planeja ampliar as exportações de nossos produtos.
 - (B) combate o desmatamento na região amazônica.
 - (C) realiza mais autuações do que os anteriores.
 - (D) deprecia o Ministério do Meio Ambiente.
 - (E) preocupa-se com a opinião dos ex-ministros.
- 3 Do trecho *A preocupação com os impactos ambientais – resultantes da política de liberação de mais tipos de agrotóxicos, por exemplo – é relacionada às exportações, que já sentem as consequências* (linhas 3 a 5), entende-se que as consequências são sentidas pelas/pelos
- (A) outros países.
 - (B) membros do governo.
 - (C) exportações.
 - (D) supermercados.
 - (E) produtos brasileiros.
- 4 Com base nas informações dadas pelo professor Côrtes, entende-se que o
- (A) aumento do desmatamento na Amazônia levou à redução das autuações a quem desmata.
 - (B) número de autuações a quem desmata é inversamente proporcional ao crescimento do desmatamento.
 - (C) aumento do desmatamento na Amazônia é consequência da redução das autuações a quem desmata.
 - (D) número de autuações a quem desmata é diretamente proporcional ao crescimento do desmatamento.
 - (E) número de autuações a quem desmata equivale ao crescimento do desmatamento na Amazônia.
- 5 Do trecho *“essa foi uma reunião inusitada, porque até então um grupo tão grande de ex-ministros nunca havia criticado tão fortemente a atual gestão de uma pasta”* (linhas 20 a 22), é correta a compreensão de que
- (A) os ex-ministros não costumam criticar o atual titular do ministério que outrora chefiaram.
 - (B) as críticas de ex-ministros a atuais titulares de suas pastas são consideradas antiéticas.
 - (C) a renovação da titularidade de um ministério sempre gera críticas a gestões anteriores.
 - (D) as críticas de ex-ministros a titulares atuais de uma determinada pasta são sempre construtivas.
 - (E) não é comum muitos ex-titulares de um ministério criticarem um atual titular da mesma pasta.
- 6 Uma regra de acentuação foi desobedecida em
- (A) *As decisões tomadas nos últimos meses pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Sales, tem sido criticadas tanto por outros países quanto por membros da gestão do próprio governo* (linhas 1 a 3).
 - (B) *Para fundamentar essas preocupações, ele traz dados de um levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que revela que o desmatamento da Amazônia atingiu número recorde, aumentando 34% em relação ao ano passado* (linhas 10 a 13).
 - (C) *“Do início deste ano até 15 de maio, o INPE enviou aos órgãos ambientais de fiscalização 3.860 alertas sobre desmatamento, mas a fiscalização do IBAMA realizou apenas 850 autuações”, conta o especialista* (linhas 14 a 17).
 - (D) *Os alertas em relação a possíveis prejuízos surgiram desde que houve a proposta de extinguir o Ministério do Meio Ambiente, visando a transformá-lo em uma secretaria do Ministério da Agricultura* (linhas 23 a 25).
 - (E) *Há vários setores da sociedade que vêm se mobilizando contra isso* (linha 33).

- 7 Em *Para fundamentar essas preocupações, ele traz dados de um levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que **revela** que o desmatamento da Amazônia atingiu número recorde, aumentando 34% em relação ao ano passado* (linhas 10 a 13), o termo grifado é sinônimo de
- (A) *manifesta.*
(B) *divulga.*
(C) *subentende.*
(D) *indica.*
(E) *sugere.*
- 8 Em *O próprio agronegócio se manifestou contra, fazendo pressão contra medidas que pudessem prejudicar à reputação brasileira* (linhas 25 e 26), não foi observada a
- (A) coesão textual.
(B) concordância nominal.
(C) regência verbal.
(D) colocação pronominal.
(E) ordem das palavras.
- 9 Sem alterar a relação de sentido que expressa, o trecho *mesmo gerando tantos receios e discordâncias, o governo continua negligenciando a importância do Ministério do Meio Ambiente* (linhas 30 e 31) poderia ser escrito da seguinte maneira:
- (A) *o governo gera tantos receios e discordâncias já que continua negligenciando a importância do Ministério do Meio Ambiente.*
(B) *mesmo que gere tantos receios e discordâncias, o governo continua negligenciando a importância do Ministério do Meio Ambiente.*
(C) *apesar de gerar tantos receios e discordâncias, o governo continua negligenciando a importância do Ministério do Meio Ambiente.*
(D) *o governo continua negligenciando a importância do Ministério do Meio Ambiente porque gera muitos receios e discordâncias.*
(E) *por gerar tantos receios e discordâncias, o governo continua negligenciando a importância do Ministério do Meio Ambiente.*
- 10 No texto, as aspas foram empregadas para indicar
- (A) realce de ideias.
(B) sentido figurado.
(C) linguagem denotativa.
(D) discurso direto.
(E) termos coloquiais.

LEGISLAÇÃO

- 11 A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, estabelece os requisitos básicos para investidura em cargo público. Além de ter a nacionalidade brasileira, os demais requisitos são:
- (A) o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 16 anos.
(B) o gozo dos direitos políticos; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 21 anos; e aptidão física e mental.
(C) o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 18 anos; e aptidão física e mental.
(D) o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; e aptidão física e mental.
(E) o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigida para o exercício do cargo; a idade mínima de 21 anos.

- 12 Estabelece a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que o servidor, após cumprir todas as formalidades do concurso público, portanto, habilitado e empossado em cargo de provimento efetivo, adquirirá estabilidade no serviço público ao completar
- (A) 4 (quatro) anos de efetivo exercício.
 - (B) 3 (três) anos de efetivo exercício.
 - (C) 2 (dois) anos de efetivo exercício.
 - (D) 5 (cinco) anos de efetivo exercício.
 - (E) 6 (seis) anos de efetivo exercício.
- 13 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o concurso público terá validade de até
- (A) 1 (um) ano, podendo ser prorrogado uma única vez, por mais 1 (um) ano.
 - (B) 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por mais 1 (um) ano.
 - (C) 3 (três) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por mais 2 (dois) anos.
 - (D) 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
 - (E) 4 (quatro) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
- 14 Contempla a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que além de exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e atender com presteza, existem outros deveres do servidor, tais como
- (A) ser leal às instituições a que servir; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; e guardar sigilo sobre assunto da repartição.
 - (B) ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; ser assíduo e pontual ao serviço e guardar sigilo sobre assunto da repartição.
 - (C) ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; e guardar sigilo sobre assunto da repartição.
 - (D) ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; e guardar sigilo sobre assunto da repartição.
 - (E) ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; e recusar fé a documentos públicos.

- 15 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências, estabelece que o plano de desenvolvimento institucional de cada Instituição Federal de Ensino contemplará plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira, observados os princípios e diretrizes contidos na referida Lei. O plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira deverá conter
- (A) I – Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e II – dimensionamento das necessidades institucionais, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a diversidade da instituição, única e exclusivamente.
 - (B) I – Programa de Avaliação de Desempenho; e II – dimensionamento das necessidades institucionais, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a diversidade da instituição, única e exclusivamente.
 - (C) I – Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; II – Programa de Avaliação de Desempenho, única e exclusivamente.
 - (D) I – Dimensionamento das necessidades institucionais, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a diversidade da instituição; II – Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; III – Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (E) I – Dimensionamento das necessidades institucionais, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a diversidade da instituição, única e exclusivamente.
- 16 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. A gestão dos cargos do Plano de Carreira observará, dentre outros, os seguintes princípios e diretrizes:
- (A) I – dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração, e as competências específicas decorrentes; II – qualidade do processo de trabalho; III – reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão; IV – vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições; V – desenvolvimento do servidor vinculado aos objetivos institucionais; VI – garantia de programas de capacitação que contemplem a formação específica e a geral, nesta incluída a educação formal; VII – oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas.
 - (B) I – demandas institucionais; II – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; III – inovações tecnológicas; IV – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição; V – oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas; VI – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições.
 - (C) I – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; II – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; III – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; IV – oportunidade de acesso às atividades de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, respeitadas as normas específicas.
 - (D) I – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; II – ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal; III – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; IV – dinâmica dos processos de pesquisa, de ensino, de extensão e de administração, e as competências específicas decorrentes.
 - (E) I – ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal. II – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; III – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição; IV – vinculação ao planejamento estratégico e ao desenvolvimento organizacional das instituições.

- 17 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019). O servidor público ou o militar que descumprir o disposto neste Decreto estará sujeito às penalidades previstas, respectivamente, na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Os usuários dos serviços públicos que tiverem os direitos garantidos neste Decreto desrespeitados poderão representar à(ao)
- (A) Advocacia-Geral da União.
(B) Ministério Público Federal.
(C) Defensoria Pública da União.
(D) Advocacia-Geral da União e Defensoria Pública da União, simultaneamente.
(E) Controladoria-Geral da União.
- 18 O Decreto nº 5.825/2006 determina que a elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, observará princípios e diretrizes estabelecidos no art. 3º da Lei nº 11.091, e ainda:
- (A) I – cooperação técnica entre as instituições públicas e particulares de ensino e as de pesquisa e dessas com o Ministério da Educação e Ministério da Integração Nacional; e II – corresponsabilidade do dirigente da Instituição Federal de Ensino – IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.
(B) I – cooperação técnica entre as instituições públicas e prestadores de ensino privado e as de pesquisa e dessas com o Ministério da Educação e Ministério das Cidades; II – corresponsabilidade do dirigente da Instituição Federal de Ensino – IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e III – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
(C) I – cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as de pesquisa e dessas com o Ministério da Educação; II – corresponsabilidade do dirigente da Instituição Federal de Ensino – IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e III – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
(D) I – cooperação técnica entre as instituições públicas e prestadoras de serviços privados de ensino e as de pesquisa e dessas com o Ministério da Educação e Ministério do Trabalho; II – corresponsabilidade do dirigente da Instituição Federal de Ensino – IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e III – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
(E) I – cooperação técnica entre as instituições públicas e privadas de ensino e as de pesquisa e dessas com o Ministério da Educação e Ministério de Desenvolvimento Social; II – corresponsabilidade do dirigente da Instituição Federal de Ensino – IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e III – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.

- 19 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. O referido Decreto criou o Comitê Gestor da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, com as seguintes finalidades:
- (A) I – desenvolvimento permanente do servidor público; II – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (B) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (C) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; e IV – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação.
 - (D) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (E) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; IV – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e V – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
- 20 O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister e alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências são vedações ao Servidor Público. Outras vedações são
- (A) I – prejudicar quando achar conveniente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; II – facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito; III – não ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana; e V – iludir ou tentar iludir, sempre que precisar, qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos.
 - (B) I – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; II – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; III – dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana; e IV – iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos.
 - (C) I – prejudicar por ordem de superior hierárquico a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; II – necessariamente ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; III – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos; e IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
 - (D) I – prejudicar em comum acordo com outros servidores a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; II – ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público; e III – ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.
 - (E) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; e III – participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21 Uma determinada entidade apresentou os seguintes elementos patrimoniais e respectivos saldos:

Notas Promissórias emitidas pela entidade	= R\$ 1.200,00
Notas Promissórias emitidas por terceiros	= R\$ 2.100,00
Duplicatas emitidas pela entidade	= R\$ 3.100,00
Duplicatas aceitas pela entidade	= R\$ 1.300,00

Com base nesse elenco de contas, é correto afirmar que essa entidade apresenta

- (A) Débitos no valor de R\$ 3.300,00
- (B) Créditos no valor de R\$ 4.300,00
- (C) Débitos no valor de R\$ 3.400,00
- (D) Créditos no valor de R\$ 4.400,00
- (E) Débitos no valor de R\$ 2.500,00

22 Certa entidade apresenta o seguinte elenco de contas referente à composição de seu patrimônio e de resultado:

Caixa	8.000,00
Fornecedores	3.600,00
Impostos a recolher	2.200,00
Estoques de mercadoria	6.000,00
Receitas líquidas	15.000,00
Duplicatas a receber	3.000,00
Veículos	20.000,00
Duplicatas a pagar	1.200,00
Capital Social	30.000,00
Despesas	9.000,00
(-) Depreciação acumulada	4.000,00
(-) Capital a integralizar	10.000,00

Após a apuração do resultado, é correto afirmar que a situação líquida patrimonial dessa entidade é

- (A) Positiva em 6.000,00
- (B) Negativa em 33.000,00
- (C) Nula em 20.000,00
- (D) Positiva em 26.000,00
- (E) Negativa em 6.000,00

23 Determinada entidade efetuou venda à vista de uma mercadoria por R\$ 2.000,00, a qual teve um custo de aquisição de R\$ 1.300,00. É correto afirmar que este evento refere-se a um fato

- (A) permutativo.
- (B) modificativo aumentativo.
- (C) modificativo diminutivo.
- (D) misto aumentativo.
- (E) misto diminutivo.

24 Observe, abaixo, o elenco de compras de determinada entidade.

Caixa	12.000,00
Estoques	5.000,00
Fornecedores	19.000,00
Móveis	9.000,00
Veículos	30.000,00
Capital Social	55.000,00
Receitas	15.000,00
Terrenos	25.000,00
Despesas	8.000,00

Ao analisar o elenco de contas dessa entidade, é correto afirmar que existem

- (A) 5 contas de aplicações de recursos e 4 contas de origens de recursos.
- (B) 6 contas de aplicações de recursos e 3 contas de origens de recursos.
- (C) 4 contas de aplicações de recursos e 5 contas de origens de recursos.
- (D) 3 contas de aplicações de recursos e 6 contas de origens de recursos.
- (E) 7 contas de aplicações de recursos e 2 contas de origens de recursos.

25 Determinada entidade realizou vendas a prazo no valor de R\$ 10.000,00; vendas à vista no total de R\$ 6.000,00. Teve ICMS incidente sobre as vendas num valor total de R\$ 1.200,00; além do PIS e COFINS, também incidentes sobre vendas nos valores de R\$ 104,00 e R\$ 2.720,00, respectivamente. Concedeu abatimentos sobre vendas num total de R\$ 600,00. Concedeu descontos condicionais num total de R\$ 1.000,00 e, por fim, pagou comissões sobre vendas num total de R\$ 800,00. Considerando que essas foram as únicas ocorrências operacionais, é correto afirmar que a receita líquida da entidade foi de

- (A) R\$ 11.376,00
- (B) R\$ 10.376,00
- (C) R\$ 10.576,00
- (D) R\$ 9.576,00
- (E) R\$ 16.000,00

26 Foram selecionadas as seguintes contas e respectivos saldos do elenco de contas de determinada entidade:

Receita Operacional Bruta	40.000,00
Custos das Mercadorias Vendidas	12.000,00
ICMS sobre Vendas	6.800,00
Despesas Antecipadas	3.000,00
Despesas com Salários	7.200,00
Máquinas e Equipamentos	10.000,00
Descontos Incondicionais	2.000,00
Despesas com Aluguel	1.800,00
Capital Social	60.000,00
(-) Depreciação Acumulada	1.200,00
Comissões sobre Vendas	4.000,00
Despesas com Depreciação	1.200,00

Considerando o elenco de contas selecionado, é correto afirmar que o resultado operacional líquido equivale a

- (A) 19.200,00
- (B) 2.000,00
- (C) 4.000,00
- (D) 5.000,00
- (E) 7.000,00

27 Certa entidade incorreu nos seguintes fatos contábeis:

- Em 01/06/2019 recebeu R\$ 30.000,00 referentes a vendas no mês de maio;
- Em 05/06/2019 efetuou o pagamento de R\$ 6.000,00 referente à folha de salários do mês de maio;
- Em 10/06/2019 realizou a assinatura da revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios pelo período de um ano, no valor de R\$ 600,00, pagos no momento da assinatura do contrato e recebimento do primeiro exemplar a partir de 01/07/2019;
- Em 11/06/2019 vendeu mercadorias a prazo no valor de R\$ 10.000,00 para recebimento em 10/07/2019;
- Em 20/06/2019 efetuou, de forma antecipada, o pagamento do aluguel do imóvel no qual funciona a entidade no valor de R\$ 2.000,00, referente ao mês de julho de 2019;
- Em 29/06/2019 efetuou o pagamento da conta de energia elétrica no valor de R\$ 500,00 referente ao mês de junho de 2019.

De acordo com os Regimes de Caixa e Competência, é correto afirmar que, no mês de junho, pelo Regime de

- (A) Caixa, apurou um resultado positivo de R\$ 21.400,00
- (B) Competência, apurou um resultado positivo de R\$ 30.400,00
- (C) Caixa, apurou um resultado positivo de R\$ 20.900,00
- (D) Competência, apurou um resultado negativo de R\$ 9.500,00
- (E) Caixa, apurou um resultado positivo de R\$ 26.900,00

28 Determinada entidade apresentou em 01/06/2019 estoque inicial de R\$ 5.500,00 referente à mercadoria Alfa. Durante o mês de junho do referido ano ocorreram compras à vista da mercadoria Alfa no valor de R\$ 8.000,00. No entanto, houve a devolução de R\$ 2.000,00 referentes a estas compras. No final do mês de junho a referida entidade apresentou um estoque final de R\$ 1.000,00 da mercadoria Alfa. Considerando que a entidade efetuou vendas de R\$ 20.000,00 referentes à mercadoria alfa, desconsiderando os efeitos tributários, é correto afirmar que o resultado com vendas da mercadoria Alfa durante o mês de junho de 2019 foi um lucro de

- (A) R\$ 7.500,00
- (B) R\$ 8.500,00
- (C) R\$ 10.500,00
- (D) R\$ 9.500,00
- (E) R\$ 6.500,00

29 Chegaram para o profissional de contabilidade os seguintes dados para que ele realizasse o cálculo da depreciação acumulada de determinado bem:

Aquisição em 01/02/2017 pelo valor de R\$ 70.000,00
Vida útil do bem estimada em 8 anos
Valor residual estimado em 10.000,00
O bem foi colocado para uso em 01/03/2017

Com base nesses dados, é correto afirmar que o valor da depreciação acumulada do referido bem em 30/06/2019 seria de

- (A) R\$ 20.416,67
- (B) R\$ 17.500,00
- (C) R\$ 16.250,00
- (D) R\$ 16.875,00
- (E) R\$ 18.125,00

30 Considerando os procedimentos contábeis básicos, o lançamento contábil da depreciação calculada na questão anterior envolveria as seguintes contas:

- (A) Débito de Despesas com Depreciação e Crédito de Depreciação Acumulada.
- (B) Débito de Valor Residual com Depreciação e Crédito de Encargos com Depreciação.
- (C) Débito de Depreciação Acumulada e Crédito de Despesas com Depreciação
- (D) Débito de Despesas com Depreciação e Crédito do respectivo bem.
- (E) Débito de Encargos com Depreciação e Crédito do respectivo bem.

31 O setor de estoque de determinada entidade informou ao profissional de contabilidade a seguinte movimentação da mercadoria beta, durante o mês de junho de 2019:

Em 05/06/2019 compra de 15 unidades a R\$ 5,00 cada uma;
Em 10/06/2019 compra de 10 unidades a R\$ 5,50 cada uma;
Em 15/06/2019 venda de 5 unidades a R\$ 10,00 cada uma;
Em 30/06/2019 venda de 12 unidades a R\$ 10,00 cada uma.

Com base nesses dados e considerando que a entidade adota o método “primeiro que entra e primeiro que sai” (PEPS) para controlar seus estoques, o custo da mercadoria vendida (CMV) durante o mês de junho de 2019 seria de

- (A) R\$ 85,00
- (B) R\$ 93,50
- (C) R\$ 86,00
- (D) R\$ 44,00
- (E) R\$ 75,00

32 Determinada empresa apresentou os seguintes dados com o propósito da realização de uma conciliação bancária entre a conta corrente controlada pelo banco e a conta banco conta movimento controlada pela empresa:

- Em 01/07/2019 a empresa apresentou saldo em sua conta Banco Conta Movimento no valor de R\$ 19.000,00 que coincidia com o saldo em conta corrente no banco.
- Em 05/07/2019 foi identificado um débito em conta corrente no valor de R\$ 5.000,00 referente a suprimento de caixa, já registrado na contabilidade da empresa.
- Em 10/07/2019 foi identificado um crédito em conta corrente no valor de R\$ 4.000,00 referente ao recebimento de clientes, já registrado na contabilidade da empresa.
- Em 20/07/2019 foi emitido um cheque no valor de R\$ 1.500,00, já registrado na contabilidade da empresa, mas ainda não descontado no banco.
- Em 29/07/2019 ocorreu um estorno na conta corrente no valor de R\$ 2.000,00 referente a recebimento indevido de cliente, mas ainda não informado à empresa.

De posse desses dados e considerando que não ocorreram outros fatos envolvendo a conta corrente no banco e a conta Banco Conta Movimento na empresa, é correto afirmar que em 30/07/2019 a conta

- (A) Banco Conta Movimento apresenta saldo devedor de R\$ 16.000,00
- (B) corrente no banco apresenta saldo credor de R\$ 16.500,00
- (C) Banco Conta Movimento apresenta saldo credor de 16.500,00
- (D) corrente no banco apresenta saldo devedor de 16.000,00
- (E) Banco Conta Movimento apresenta saldo devedor de R\$ 16.500,00

33 O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu o pronunciamento denominado NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual define Provisão como um passivo de prazo ou de valor incertos. Portanto, dado o processo de reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis, uma provisão NÃO deve ser reconhecida quando

- (A) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada).
- (B) pode ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.
- (C) a probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos é possível.
- (D) houver provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.
- (E) a obrigação presente é resultado de evento passado.

- 34 A NBC TG 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tem como intuito estabelecer que sejam aplicados os critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes. Sobre Passivos Contingentes, é correto afirmar que se trata de uma obrigação
- (A) presente que resulta de eventos passados e que é reconhecida mesmo que o valor não seja mensurado com suficiente confiabilidade.
 - (B) remota que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros certos totalmente sob controle da entidade.
 - (C) presente que resulta de eventos passados e que é reconhecida pela possível saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.
 - (D) presente que resulta de eventos passados e cuja existência foi confirmada pela ocorrência de um ou mais eventos passados sob controle da entidade.
 - (E) presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque o valor não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.
- 35 De acordo com a NBC TG 16 (R2) – Estoques, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a questão fundamental na contabilização dos estoques consiste no valor do custo a ser reconhecido como ativo e mantido nos registros até que as respectivas receitas sejam reconhecidas. Portanto, acerca do valor a ser reconhecido como ativo referente ao estoque, é correto afirmar que
- (A) os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o maior.
 - (B) o custo de transformação dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação, custos de transporte e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços.
 - (C) os custos de aquisição incluem os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção.
 - (D) outros custos que não de aquisição nem de transformação devem ser incluídos nos custos dos estoques, à medida que sejam incorridos para colocar os estoques no seu local e condição atuais.
 - (E) outras formas para mensuração do custo de estoque, tais como o custo-padrão ou o método de varejo, não podem ser usadas para reconhecimento de ativos.
- 36 A NBC TG 16 (R2) proporciona orientação sobre a determinação do valor de custo dos estoques e sobre o seu reconhecimento subsequente como despesa em resultado, incluindo qualquer redução ao valor realizável líquido. Acerca do valor realizável líquido, é correto afirmar que ele compreende o preço
- (A) de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.
 - (B) que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
 - (C) pelo qual uma transação ordenada para a venda do mesmo estoque no mercado para esse estoque ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.
 - (D) líquido de impostos que a entidade espera realizar com a venda do estoque em um mercado com itens semelhantes aos do estoque.
 - (E) que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
- 37 Torna-se importante estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados. Portanto, conforme a NBC TG 27 (R4) - Ativo Imobilizado, considera-se o valor recuperável como o
- (A) valor estimado que a entidade obteria com a venda do ativo, após deduzir as despesas de venda.
 - (B) maior valor entre o valor justo menos os custos de venda de um ativo e seu valor em uso.
 - (C) valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera incorrer para a liquidação de um passivo.
 - (D) valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora excede seu valor recuperável.
 - (E) valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera obter com o uso contínuo de um ativo.

- 38 De acordo com a NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, assinale a alternativa cuja demonstração NÃO faz parte do conjunto completo das demonstrações contábeis elaboradas pelas entidades do setor público:
- (A) Balanço Patrimonial.
 - (B) Demonstração do Resultado.
 - (C) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
 - (D) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.
 - (E) Notas Explicativas.
- 39 Em relação aos procedimentos contábeis patrimoniais, especificamente aos custos dos estoques previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), é correto afirmar que NÃO faz parte do custo dos estoques:
- (A) O preço de compra.
 - (B) Os impostos de importação e outros tributos não recuperáveis.
 - (C) Frete (transporte).
 - (D) Seguro.
 - (E) Descontos comerciais e abatimentos.
- 40 Quanto à contabilização das operações típicas na administração federal, no que se refere ao ativo imobilizado e respectiva depreciação, previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), é correto afirmar que os itens do ativo imobilizado estão sujeitos
- (A) à depreciação ou exaustão, cuja apuração deve ser feita mensalmente, quando o item do ativo estiver em condições de uso.
 - (B) à depreciação ou exaustão ou amortização, cuja apuração deve ser feita semanalmente ou mensalmente, quando o item do ativo estiver em condições de uso.
 - (C) à depreciação ou amortização, cuja apuração deve ser feita anualmente, quando o item do ativo estiver em condições de uso.
 - (D) apenas à depreciação, cuja apuração deve ser feita anualmente, independentemente se o ativo estiver em condições de uso.
 - (E) à depreciação ou exaustão, cuja apuração deve ser feita mensalmente ou anualmente, independentemente se o ativo estiver em condições de uso.
- 41 De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), os princípios orçamentários do setor público têm como objetivo estabelecer diretrizes básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Portanto, conforme aponta o MCASP, considera-se o princípio da Totalidade aquele que
- (A) determina ao governo divulgar o orçamento público de forma ampla à sociedade.
 - (B) estabelece que a LOA não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
 - (C) obriga registrarem-se receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.
 - (D) determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados.
 - (E) determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes.
- 42 Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas como receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário. Conforme a classificação da receita orçamentária na ótica da nova Estrutura de Codificação válida para União a partir de 2016 e para Estados e Municípios a partir de 2018, são espécies que pertencem à categoria econômica das receitas correntes somente:
- (A) Receita de Contribuições Econômicas; Cessão de Direitos; e Contribuições de Melhoria.
 - (B) Exploração de Recursos Naturais; Integralização do Capital Social; e Resgate de Títulos do Tesouro.
 - (C) Valores Mobiliários; Alienação de Bens Intangíveis; e Cessão de Direitos.
 - (D) Resultado do Banco Central; Alienação de Bens Imóveis; e Multas Administrativas.
 - (E) Taxas; Receita de Serviços Administrativos e Gerais; e Integralização do Capital Social.

- 43 Convênio na gestão pública compreende um acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros dos Orçamentos da União visando à execução de programa de governo. Portanto, NÃO pode ser considerada como uma das fases do convênio:
- (A) Prestação de Contas.
 - (B) Celebração/Formalização.
 - (C) Proposição.
 - (D) Execução.
 - (E) Concessão.
- 44 Para fins do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a receita sob o enfoque patrimonial é denominada de variação patrimonial aumentativa (VPA) e a despesa sob o enfoque patrimonial será denominada de variação patrimonial diminutiva (VPD). Considera-se realizada a variação patrimonial diminutiva (VPD)
- (A) quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.
 - (B) quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro.
 - (C) pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros.
 - (D) no recebimento efetivo de doações e subvenções.
 - (E) nas transações com contribuintes e terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo.
- 45 Considere o recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de serviços. Nesse caso, a receita orçamentária é registrada antes da ocorrência do fato gerador, ou seja, a VPA ocorre em momento posterior à arrecadação da receita orçamentária. Há troca de um direito (entrada antecipada dos valores) por uma obrigação de prestar o serviço, constituindo uma variação patrimonial qualitativa. O lançamento contábil correto na Natureza da Informação de Controle é
- (A) D. Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional.
C. Variação Patrimonial Aumentativa Diferida.
 - (B) D. Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) Diferida.
C. Valor bruto de exploração de bens e direitos e prestação de serviços.
 - (C) D. Controle da Disponibilidade de Recursos.
C. Disponibilidade por Destinação de Recursos.
 - (D) D. Receita a Realizar.
C. Receita Realizada.
 - (E) D. Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional.
C. Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços.